

Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA.

Maria de Fátima Alves de Sena (fátima.sena@ig.com.br) e Odaléia T. M. M. Queiroz (odaleiaq@terra.com.br) *

Resumo

AAo assumir que o turismo constitui uma atividade complexa com múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, o presente texto se propõe a detectar e analisar as repercussões sócio-espaciais do turismo de segunda residência. Sua expansão em escala mundial vem provando mudanças importantes nos locais onde se desenvolve. No Brasil, os primeiros estudos sobre esse fenômeno datam do final dos anos 1980. Entretanto várias questões permanecem em aberto. A partir de um exemplo, o do povoado de "Ponta da Tulha", Aritaguá, Ilhéus, Costa do Cacau, Sul da Bahia, define-se um conjunto de questões que podem servir para uma agenda de pesquisas sobre o tema, considerando os aspectos ambientais e socioculturais, bem como, a inexistência de planejamento urbano em locais com essas características.

Palavras-chave: Impacto, turismo, segunda residência, sustentável, cidadania, cultura cotidiana.

Abstract

Assuming that the tourism constitutes a complex activity with multiple economic, social, politics, cultural relations, and the present text considers to detect and to analyze the repercussions of social-space of the tourism on second residence. Its expansion in world-wide scale comes proving important changes in the places where it develops. In Brazil, the first studies on this phenomenon date at the end of years of 1980. However some questions remain in open. From an example, the town of "Ponta da Tulha", Aritaguá, Ilhéus, Costa do Cacau, Sul da Bahia, is set of questions that can be for an agend of research on the subject, considering the ambient and sociocultural aspects, as well as, the inexistence of urban planning in places with these characteristics.

Key-words: Impact, tourism, second residence, sustainable, citizenship, daily culture.

Introdução

Parafraseando Monteiro Lobato: 'um país é feito de homens e livros'. Eu, por minha vez, digo mais, um país é feito por homens, por livros e por memória. A memória é a forma mais alta da imaginação humana, e não a simples capacidade de recordar. Se a memória se dissolve, conseqüentemente o homem dissolve. BARRETO (In: GONÇALVES e BOFF, 2001 p.99).

Ao admitir o entendimento de que o turismo é uma atividade complexa que, nas suas múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, vem se difundindo de forma acelerada. Movimentando capitais de enormes proporções e superando atividades tradicionais como a agricultura e a indústria, o turismo vem exigindo estudos mais aprofundados por parte de várias ciências.

O turismo sempre esteve atrelado à idéia de viagem, de deslocamento. "Surge no século XVII, na Inglaterra, referido a um tipo especial de viagem. A palavra tour que quer dizer volta é de origem francesa e tem seu equivalente no inglês turn e no latim tornare" (BARRETO, 1995 p.43).

O hábito de viajar remonta a um período mais antigo do que a polissemia que a sua expressão sugere. "A viagem para lazer já era conhecida na antiguidade clássica, quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas residências - uma na cidade e outra no campo" (RODRIGUES, 1997 p.81).

Na perspectiva acadêmica, os estudos encetados sobre o turismo vêm refletindo polêmicas conceituais e metodológicas. Um conceito bem abrangente de turismo é apresentado por De La Torre (apud BARRETO, 1995, p.13) que o considera:

...um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por

motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

As incidências do turismo nessas diversas esferas da organização sócio-espacial mostram como elas se encontram articuladas num campo de ações conjuntas que denotam a totalidade do espaço turístico.

Nesse sentido, o presente texto enfocará no próximo item uma reflexão teórica e alguns exemplos empíricos sobre o turismo de segunda residência, haja vista ser esta uma modalidade de alojamento turístico que vem crescendo nas áreas urbanas e rurais, provocando diversas transformações sócio-espaciais.

O turismo de segunda residência e suas repercussões sócio-ambientais

A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias. Apesar da sua histórica e intensa expansão em escala mundial, a segunda residência ainda é um fenômeno pouco estudado e conhecido, que padece da falta de uma base sólida de reflexões teóricas e estudos empíricos das suas mais diversas repercussões sócio-espaciais nos diferentes lugares do mundo.

Na maioria dos estudos turísticos, a residência secundária é um tema pontual, citado, freqüentemente, como uma das modalidades de alojamento das áreas em foco. Há, assim, a necessidade de se aprofundar metodologias específicas para o estudo das segundas residências.

Fenômeno mundial de análises recentes, a residência secundária começa a aparecer na literatura internacional em

*Maria de Fátima Alves de Sena é mestranda em Cultura e Turismo na Universidade Estadual Santa Cruz (UESC), graduada em Economia e Administração de Empresa, Quality Engineering by ASQ. E-mail: fatima.sena@ig.com.br

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz é doutora da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. E-mail: odaleiaq@terra.com.br

estudos de meados de 1970. Segundo BECKER (1995, p.10)

No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do 'nacional-desenvolvimentismo' que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer. O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas).

Porém, a temática só emerge no Censo Demográfico de 1970 quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclui as residências secundárias entre os domicílios fechados.

Assim, eram consideradas como "o domicílio que servia de moradia (casa de praia, ou campo, normalmente usadas para descanso de fim-de-semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do censo" (IBGE, 1970).

O Censo Demográfico de 1980 define uma classificação específica para as segundas residências, denominando-as de domicílios de uso ocasional e separando-as dos domicílios fechados aos quais estavam vinculadas no Censo de 1970.

Através da Sinopse¹ Preliminar do Censo de 1980 (IBGE, 1981: IX) é possível constatar que "considerou-se como de Uso Ocasional o domicílio que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), normalmente usado para descanso de fim-de-semana ou férias e cujos moradores não

estavam presentes na data do Censo".

No Censo de 1991, o IBGE aprimora a definição classificando as residências secundárias como domicílios particulares de uso ocasional não restringindo esta condição a não presença do morador temporário. Assim, conforme a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, p.11), "considerou-se como de USO OCASIONAL o domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim não remunerado".

O crescimento das segundas residências no Brasil e o fornecimento de dados estatísticos pelo IBGE nessas últimas três décadas já tem resultado em algumas análises específicas sobre o fenômeno no país como o estudo pioneiro de SEABRA (1979) acerca dos efeitos sócio-espaciais das segundas residências (preços do terreno e formas de ocupação) no litoral de Santos-SP; a análise de ROQUE (1990) sobre a desigualdade social que o fenômeno da segunda residência encerra como manifestação das diferenças nas oportunidades de trabalho e de lazer na Estância Balneária do Guarujá-SP; e o trabalho de Olga TULIK (1995) que avalia a dimensão e a distribuição das segundas residências no estado de São Paulo, ressaltando as áreas emissoras e receptoras mais expressivas. Estas análises produzidas como dissertações e teses na Universidade de São Paulo apresentam, cada uma na sua perspectiva, propostas de reflexões teóricas e análises empíricas que, somadas à literatura internacional consultada, servem de referências à nossa reflexão sobre o fenômeno da segunda residência (ASSIS, 2003, p.111).

Observa-se que, apesar da definição técnica do IBGE, a residência secundária ou segunda residência é um conceito amplo e complexo que, pela profusão de termos

¹ Os dados referentes aos domicílios vagos, fechados e de uso ocasional (residências secundárias) são divulgados pelo IBGE apenas nas Sinopses dos Censos Demográficos, tanto de 1980, quanto de 1991.

restritivos - casa de praia, de veraneio, de campo, de temporada, de férias etc. - ainda carece da falta de um consenso terminológico.

Primeiro, considera-se a segunda residência um alojamento turístico particular, ou seja, de propriedade privada. Esta questão da propriedade nos remete à característica básica da segunda residência - a renda como fator diferencial que define quem pode possuir, além do domicílio permanente (primeira residência) um outro destinado ao lazer de finais de semana e das temporadas de férias.

A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular). Estes fatores fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de status social, característica das camadas sociais alta e, na sua grande maioria, média. Para esta última camada a falta de maior disponibilidade financeira e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, torna a segunda residência uma importante alternativa de lazer, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro.

Além de um alojamento como alternativa de lazer turístico, a residência secundária é uma opção de investimento. A residência secundária é, sobretudo, um investimento rentável, seu escasso índice de freqüentação, pois permanecem vazias a maior parte do ano, e o escasso tempo que, geralmente, pertencem ao mesmo proprietário, apesar dos altos custos de manutenção e, em geral, do baixo índice de freqüentação das residências secundárias, a

propriedade desses domicílios representa um "investimento em terras", como reservas de valor para o futuro. O investimento na terra constitui o caminho seguro para a preservação do capital acumulado (principalmente, numa economia inflacionária) e conseqüentemente para a ampliação do capital dinheiro através da apropriação da renda fundiária.

Todavia, TULIK (1995. p. 24) adverte que a residência secundária "...é um investimento que não oferece liquidez e nem rentabilidades imediatas, pois a venda está sujeita às leis da oferta e da procura e, nem sempre estes imóveis são alugados, permanecendo vazios na maior parte do ano".

A questão da propriedade da segunda residência também esbarra numa prática muito comum relacionada ao uso desses alojamentos turísticos: muitos proprietários, para obter uma renda excedente, alugam suas segundas residências a outros turistas, arrendam ou emprestam a parentes e amigos. Este fato que não é captado pelo conceito técnico do IBGE - apesar de as residências secundárias fazerem parte dos domicílios particulares - torna complexa a definição do termo.

"a residência secundária, enquanto propriedade particular (já que não existem, pelo menos no Brasil, residências secundárias públicas), constitui uma modalidade de alojamento turístico cujo conceito operacional não deveria estar ligado ao fato de ser própria, alugada, arrendada ou emprestada". TULIK (1995, p.18),

Assim, compartilhamos nesta análise da mesma opção dessa autora de considerar a residência secundária enquanto imóvel, excluindo-se a sua condição de propriedade.

A segunda questão que o conceito de

residência secundária remete é a temporalidade. Sendo um domicílio de uso ocasional de finais de semana ou de temporadas de férias para fins de recreação e lazer, a segunda residência pressupõe, indubitavelmente, a existência por parte do proprietário de um outro domicílio de uso permanente (também conhecido como principal ou primeira residência) onde ele habita na maior parte do ano.

"...a primeira residência responde à mais elementar necessidade de habitar, morar, de ter abrigo em que pese as diferentes formas existentes de satisfazer essas necessidades, a segunda habitação foge a qualquer entendimento dessa natureza. Ela é uma segunda habitação" SEABRA (1979, p. 4).

Por maior que seja o tempo de estadia na segunda residência, os fatores disponibilidade do tempo livre, do não-trabalho, de renda excedente e a distância do domicílio principal, definem o uso temporário dessas construções.

"Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que estabelece o vínculo territorial e um certo paralelismo com a definição aceita para turista, fato que reforça a noção de residência secundária como alojamento turístico" (TULIK, 1995, p. 21).

A terceira questão que permeia o conceito de residência secundária é a finalidade. Marco da sociedade "pós-industrial", o direito ao tempo livre é uma das grandes conquistas sociais do mundo do trabalho que tem na segunda residência uma das suas modalidades de usufruto. A busca da recreação e do gozo do tempo livre é, sem dúvida, a principal finalidade das construções das segundas residências.

Com a industrialização e a metropolização das cidades, cada vez mais se fazia necessário que o homem urbano saísse

das áreas centrais superpovoadas em direção às periferias metropolitanas na busca do reencontro com a natureza. Esta era uma forma de aliviar os estresses cotidianos e renovar suas energias.

A cidade, que outrora fora o centro de atração das habitações e do homem do campo em busca do trabalho na indústria, agora - apesar de ainda concentrar diversas funções - "expulsa" seus moradores por não lhes oferecer condições necessárias para uso do tempo livre em contato com a natureza.

Então, devido à proximidade das áreas centrais, as regiões periféricas metropolitanas passaram a ser os principais alvos dos especuladores imobiliários e das estratégias de marketing turístico que procuravam valorizar os atributos naturais e culturais desses espaços, ofertando-os aos segmentos sociais específicos que dispunham de renda excedente para adquirir uma residência secundária.

A residência secundária tem a concepção associada à capitalização mercantil dos atributos naturais das paisagens - o mar, o campo, as montanhas etc. - e à dotação de infra-estrutura de equipamentos e serviços urbanos que facilitem um maior aproveitamento do tempo livre.

A segunda residência converte o "fim de semana" num fato sócio-cultural característico da sociedade contemporânea. A redução da jornada de trabalho, a degradação do meio urbano e o advento do automóvel particular contribuíram para a eclosão do fim de semana como o principal período de aproveitamento do tempo livre, sobretudo, via segunda residência. Geralmente, os turistas iniciam suas migrações com destinos às segundas residências na sexta-feira à noite, após a jornada de trabalho semanal ou na manhã do sábado, aproveitando assim, o sábado e o domingo, e retornando,

geralmente, à tarde ou à noite do domingo às suas residências permanentes para retomarem a labuta na segunda-feira pela manhã. Sendo um fenômeno recente que se vincula ao turismo de fim de semana e das férias anuais. A residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distâncias.

Esse tripé (tempo-custo-distância) pode, em alguns casos, definir a localização das segundas residências na zona urbana ou rural e influenciar na concentração dessas construções em determinadas áreas. A disponibilidade de renda e de tempo livre influencia na escolha da localização da segunda residência, pois, quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional. A propriedade de uma segunda residência em áreas muito distantes da residência principal inviabiliza a sua frequência assídua nos finais de semana, levando o proprietário a usá-la, principalmente, nas temporadas de férias nas quais pode se dispor de um tempo maior de estadia. Porém, atualmente, com a melhoria da qualidade das vias de acesso e com o avanço tecnológico dos meios de transportes (sobretudo, dos automóveis particulares), o fator distância, em alguns casos, pode se tornar secundário ou irrelevante na escolha da localização da residência secundária.

Por outro lado à capitalização desenfreada do litoral para a construção de segundas residências tem gerado a degradação da paisagem natural e o arrefecimento da própria atividade turística. Isto, conseqüentemente, também ocasiona a perda da sustentabilidade da população "nativa", pois grande parte dela tem seus empregos atrelados ao turismo.

Na "Ponta da Tulha", por exemplo, há um crescente processo de urbanização e expansão turística com mudanças tanto de paisagem e de ecossistemas, quanto de

práticas socioeconômicas e, ainda, mudanças que se referem às questões psicológicas e do cotidiano da comunidade. Tal processo, direto ou indiretamente, vai alterar valores, percepções, formas de sociabilidades, isto é, comportamentos das pessoas envolvidas e das que transitam, o que implica diferentes modos de posicionarem sobre riscos e possíveis impactos socioambientais advindos do processo de transformação das práticas, dentre elas, as práticas turísticas, nesse espaço.

Área de exemplificação do estudo

O povoado de Ponta da Tulha está localizado no Km 18 da Rodovia Ilhéus-Itacaré BA 001 e pertence ao Distrito de Aritaguá, município de Ilhéus. Possui uma população local em torno de 1000 habitantes, com mais ou menos 500 habitações, sendo que, cerca de 200 são habitadas por seus moradores locais. (Censo IBGE, 2000).

Há uma população flutuante, em períodos de final de ano e carnaval, em torno de 10.000 pessoas, dados oferecidos pelo morador local há 26 anos, Sr. Valdemar Damasceno da Silva, funcionário da Prefeitura Municipal de Ilhéus, que exerce cargo de administrador do povoado por dezoito anos².

A ocupação e o povoamento da "Ponta da Tulha" ocorreu por fazer parte do elo entre as cidades de Itacaré e Ilhéus - localidades com interesses econômicos em face de cultura do coco e cacau, também, por dispor de belíssimas e paradisíacas paisagens fornecidas por suas praias em contrataste com a vegetação atlântica, o que provocou a atração de transeuntes e fixação destes nessa área.

Passou a despertar o interesse turístico nos últimos quinze anos, apesar de a estrada

² Informação concedida em entrevista à autora dia 04/10/03 para elaboração deste artigo

de barro ter sido aberta há cerca de vinte e cinco anos. Suas condições de tráfego, todavia, eram muito precárias, despertando, no primeiro momento, apenas o interesse, principalmente dos moradores circunvizinhos, em especial, de Itabuna, de Vitória da Conquista e outras, que logo se identificaram com a possibilidade de ter esse povoado, como segunda residência para o descanso e o lazer. Existem, ainda, outras procedências tais como: a cidade de Brasília, do Estado de Minas Gerais e outros, segundo observação relatada por vários moradores locais³.

Atualmente, o povoado de "Ponta da Tulha" conta com um pequeno comércio local: composto de: 01 casa de material de construção, 04 bares/mercearias, 01 granja, 01 casa de frutas e verduras, 02 padarias, 08 bares e 3 pousadas dentro do povoado e 02 outras na sua periferia, e muitos desses estabelecimentos só funcionam em período de alta temporada, novembro a fevereiro⁴.

A presença da administração pública dá-se através de 01 administrador. O povoado possui os seguintes equipamentos: 02 escolas públicas de ensino fundamental, 01 posto de saúde com 2 enfermeiras, 01 posto policial, e a coleta de lixo ocorre duas vezes por semana.

Atualmente, a economia da comunidade local advém, na sua maioria, das construções irregulares (através do sub-emprego); do comércio voltado para a clientela flutuante; da pesca, atividade que outrora era principal.

Impactos ambientais e suas consequências

Desde o século XVII, a burguesia mercantil e mais tarde a industrial, justificavam suas relações com a natureza com base na tradição judaico-cristã. O cristianismo, herdeiro desta tradição, encampava a idéia de que a natureza existia com uma única finalidade: servir aos interesses do homem. E mais com a

pressão do capitalismo globalizado, a natureza foi vista como fonte de lucro e objeto de acumulação. Portanto tudo podia se fazer e era considerado lícito.

Por conta, de atitudes impensadas e não planejadas nota-se, nos últimos tempos, que o povoado de "Ponta da Tulha" perde progressivamente a vegetação nativa, muitas áreas de coqueirais destruídas deram lugar às construções sem qualquer planejamento quanto ao espaço ocupado e por essas construções se localizarem tão próximas à praia, impedem, inclusive, o lindo visual do contraste da lua com o mar, nas noites de luas cheias. A fauna, também, vem diminuindo gradativamente. Outrora, no período de desova, a areia ficava lotada de crustáceos, e, hoje, no mesmo período, esse cenário é quase inexistente.

Importante também o registro, da quantidade, já acentuada, de aterramento de córregos e manguezais para dar lugar a construções desordenadas. Também preocupante, é a falta de esgotamento sanitário e de fossa séptica que, por certo, provocarão impactos negativos irreversíveis no futuro, hoje, ainda não, pois a densidade demográfica ainda é baixa. É comum ver as pessoas despejarem os dejetos de suas casas nos manguezais ou locais inadequados ao ar livre.

Em concomitância com todo esse cenário, a deficiência na coleta de lixo é outro fato perturbador, pois se observa amontoado de lixos em diversos espaços do povoado, contrastando com a paisagem natural.

Por outro lado uma das vantagens da democracia, mesmo numa sociedade de classes, com violentas contradições e desigualdades, como se observa no capitalismo, principalmente nos países subdesenvolvidos, é a possibilidade dos diversos grupos e segmentos sociais

3 Informação concedida em entrevista à autora dia 04/10/2003 para elaboração deste artigo

4 Dados levantados pela própria autora em outubro 2003

participarem nas decisões políticas e, portanto, nas decisões do governo.

O principal problema é o grau de conscientização na busca do aprimoramento da cidadania, o que implica no reconhecimento dos direitos e deveres de cada um. Isso depende, em grande parte, do nível de articulação e força que possa dispor cada grupo ou segmento social.

O avanço da cidadania torna-se assim, uma responsabilidade coletiva. A escola, os meios de comunicação e o conjunto da população devem empreender esforços para sensibilizar o legislador na concepção de leis que viabilizam uma real proteção ambiental, implicando com isso na melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo.

Os impactos ambientais desencadeiam os impactos sociais, via de regra. Entretanto, qualquer que seja a ação impactante que redunde em prejuízo para a qualidade de vida de uma população, terá seus custos socializados. Particularmente com relação aos grupos sociais menos privilegiados economicamente, os impactos ambientais e sociais representam, sempre, um elevado ônus material e psíquico.

A legislação brasileira sobre crimes ambientais é abrangente e complexa. Encontra-se regulamentada na Constituição Federal (capítulo VI), nas Constituições Estaduais, no Código Florestal (federal), nas leis de pesca (federal), em decretos e resoluções.

Os documentos primários que desencadeiam todo um conjunto de ações, visando a salvaguarda da natureza para preservar o interesse público, correspondem em graus crescentes de complexidade, aos laudos periciais, aos RIMA's e aos EIA's (Estudo de Impacto Ambiental).

As leis ambientais brasileiras estão entre as melhores do mundo. Contudo, o que se observa é que a morosidade da justiça e a

falta de vontade política na aplicação das leis gera a impunidade. Além disso, a falta de escrúpulos e a não obediência às leis por parte de algumas pessoas, explicam a necessidade imposta pelo modelo econômico dominante na busca compulsiva do lucro, objeto que não pode ser alcançado sem o aniquilamento da natureza.

O maior problema que certamente nos afetará num futuro próximo é quando administrar a aplicação das leis ambientais. Ou ainda, como agir quando o infrator é próprio governo, que deveria ser guardião da lei? Eis alguns dos problemas para refletirmos.

Impactos socioculturais

A necessidade de uma prospecção mais aprofundada da Antropologia e a Sociologia que são duas ciências que dispõem de recursos para alicerçar este estudo, à vista de seus campos de investigação, conforme Herkovits (1947) pode-se dizer que a cultura:

a) pode se referir a formas ou modos de vida comum, em qualquer tempo, a toda a humanidade; aos tipos de comportamento característicos de dada sociedade; aos modos de vida peculiares de um grupo da sociedade;

b) não se restringe a certos campos especiais do conhecimento; envolve os modos de comportamento derivados da esfera total da atividade humana, e não possui existência independente fora do comportamento dos indivíduos, compreendendo ações e artefatos que os indivíduos aprendem, prezam e praticam em conjunto;

c) quanto às idéias e aos padrões de comportamento, os membros de uma sociedade aprendem através da linguagem e de outras formas de interação simbólica;

seus costumes, hábitos, crenças, valores etc...e os congregam como uma entidade social.

d) A cultura é desenvolvida e transmitida pela sociedade. Funciona como uma força de aglutinação, unindo as pessoas por meio de atitudes, crenças e tradições comuns. É comportamento aprendido, transmitido através da comunicação, principalmente na forma da língua.

O que significa dizer que as modernas sociedades complicam-se em razão das populações heterogêneas formadas de pessoas com diferentes interesses, filosofias, ocupações, posições de classe social etc (ANSARAH, 1993).

Permitindo-se refletir sobre os diversos tipos de culturas classificados pelos estudiosos como:

Cultura Popular ou Cultura Tradicional: é comumente entendida como aquela parte da cultura produzida pelo povo para o próprio povo. A cultura popular se realiza fora do universo acadêmico e das instituições científicas, talvez sendo esta a maior diferença entre ela e a cultura erudita. Sua principal característica parece residir no fato de ser produzida espontaneamente e em qualquer lugar: nas ruas, no trabalho, no lazer, nos bares, dentro de casa, no clube, na praça pública, no campo de futebol, na igreja. Outra característica, quase sempre a produção é anônima, de domínio público; muitas vezes é uma criação coletiva. A cultura popular não constitui um bloco homogêneo, já que o popular tem implicações étnicas, regionais e suburbanas, e se manifesta de formas múltiplas (festas, rituais, representações, música, artesanato etc) e em práticas que conformam sua vida cotidiana.

Cultura de Massa: consiste na produção industrial de um universo bem dilatado de produtos, que abrangem setores como a moda, o lazer (no seu sentido mais amplo), a imprensa escrita e falada, a literatura, a

música, os espetáculos públicos, enfim, um número grande de eventos e produtos, que influenciam e caracterizam o atual estilo de vida do homem contemporâneo do meio urbano-industrial (ANSARAH, 1993).

Cultura Cotidiana: conforme Maffesoli (1984, p.107), sociólogo francês, criador do termo socialidade, manifesta que todos os conceitos de formas de cultura, anteriormente anotados, deixam de lado a cultura cotidiana expressa na forma de produção e fruição de bens culturais, sem a preocupação estética/científica das culturas erudita e científica e da conservação que existe em relação à cultura popular-tradicional.

Maffesoli baseia-se na observação empírica e trabalha, principalmente, com as analogias do pensamento clássico, especificamente de Marx Weber (1864-1920) e Georg Simmel (1858-1900) freqüentemente viajando por diversas partes do mundo, inclusive o Brasil, Maffesoli (1984) é adepto do pensamento de pós-modernidade e que talvez nos encontremos diante de um reencantamento do mundo - este é o desafio do cotidiano.

Maffesoli (1984, p. 27) assim se expressa:

O reconhecimento de uma ambivalência estrutural do dado social desemboca, portanto na aceitação do mundo como ele é, e isso porque a beleza deste mundo é, apesar de tudo, reconhecida (...) assim a aceitação do dado social é possível porque este se apresenta de maneira plural e, portanto, potencialmente rica de imensas possibilidades. A cidade, em sua banalidade, é potencialmente rica em aventuras produzidas por inúmeras ruas e lugares diversos, assim como o dado social, em seu aspecto mais comum, através do jogo de diferença, pode provocar situações, encontros e momentos particularmente intensos. Ao contrário dos projetos exteriores,

sempre reformistas, é isso que permite compreender que o cotidiano mais banal seja o cadinho da permanência da sociedade.

Maffesoli (1984) também menciona que a comunicação enquanto função essencial, perfeita, inscreve-se nos lugares mais humildes, nas situações mais banais. É conhecido que quando um bar, num lugarejo ou num bairro fecha as suas portas é um pouco de vida que cessa. A cidade (suas histórias e transformações) é, assim, o ponto nodal de toda socialidade; há um constante vaivém entre a cidade e a socialidade à medida que um bairro (as ruas, travessas e os becos) estrutura a trama social de maneira bem precisa.

Socialidade compreende atitudes e atividades minúsculas do cotidiano. A vida cotidiana, a imagem dos indivíduos e os grupos sociais são essencialmente imperfeitos, e sobre essa imperfeição, inconscientemente assumida, que repousam sua harmonia, seu equilíbrio e a sua fascinante beleza.

No exemplo, o povoado de "Ponta da Tulha", alguns autóctones, quando, foram pela autora indagados sobre a mudança acerca dos tempos, apresentam a modernidade com vantagens e desvantagens. São vantagens de outrora - "tudo era mais barato e mais fácil" - e foi dado como exemplo o valor do peixe, dantes farto e barato, pois eles, os moradores, pescavam o que consumiam. Hoje, já não se encontra peixe para pescar com tal abundância e, portanto, o preço tornou-se mais alto.

Atualmente, o povoado dispõe de estrada pavimentada, energia elétrica e água não tratada, porém, de boa procedência (nascente não-poluída, represa construída pela própria comunidade), são benefícios que melhoraram as condições de vida, identificadas pela população local. Também as construções outrora eram de taipa, mas agora são de alvenaria. A

comunidade parece estar bem sintonizada com o progresso que chega ao povoado. Lamenta, no entanto, que as festas culturais (Padroeiro do Povoado, Festa de São João e Carnaval) já não apresentam as características que existiam, antes da presença marcante dos turistas atuais, trazidos pela construção da rodovia.

Por outro lado conforme o que entendemos do pensamento de Lefebvre (1991) a respeito do cotidiano é que para ele a monotonia da vida cotidiana sempre oprimiu a humanidade, pesando sobre ela como um rochedo. Geralmente, a rotina do dia a dia não é considerada importante, sempre relegada ao plano secundário.

Por outro lado tudo pode produzir uma melhor metamorfose quando for possível desenvolver nos viajantes/visitantes/nos moradores de segunda residência a consciência de que o contexto social daquela comunidade visitada, como viviam as pessoas ali, como era seu cotidiano - elas passarão a olhar a cultura com novos olhos. Neste caso não se oferece apenas o produto em si. A cultura passará a ser veículo de socialização entre visitantes quando ela for um processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade, porque cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano a mais holística e buscada.

O processo de turistificação (transformação em lugar turístico) dá-se ao sabor do mercado, de empreendedores isolados, quase sempre sem planejamento. Formam-se estereótipos. Tudo é movimento. A identidade conferida ao local pelos turistas e pela mídia é contrastada, por vezes, com a identidade dos habitantes, e, por outras, é reforçada. (BANDUCCI; BARRETO, 2001)

O turismo de segunda residência se bem planejado, na medida que se

desenvolve pode ser considerado um processo de aprendizagem societal, uma realimentação contínua da prática para a teoria, se faz necessária. Assim sendo o processo de desenvolvimento e o "mau-desenvolvimento" não pode ser responsabilidade exclusiva dos cientistas. Cabe a sociedade civil criar suas próprias instituições nesse campo (SACHS, 1993)

Turismo e estratégias urbanas

Os planejamentos turísticos, urbanísticos e de patrimônio cultural não podem continuar a ser ignorados, são estes pilares básicos para se obter uma recuperação urbana integrada e um turismo sustentável. Os espaços turísticos caminham com lentidão, em busca de modelos de administração mais sustentáveis.

As estratégias turísticas devem se integrar ao conjunto das políticas urbanas, criando condições que permitam compatibilizar a curto e médio prazos, a preservação do patrimônio cultural e sua rentabilidade econômica.

Não é fácil melhorar a coordenação institucional, reforçar a participação do cidadão, potencializar a colaboração público / privada e reorientar a promoção e o desenvolvimento turístico a partir de novos critérios de sustentabilidade.

No caso do povoado de Ponta da Tulha o que se observa é que não existe mesmo qualquer planejamento. E observamos que a população nativa também não exercita a sua cidadania.

Propõe-se este texto questionar e reavaliar o modelo de desenvolvimento turístico existente no povoado de "Ponta da Tulha", e refletir sobre uma outra racionalidade baseada nos princípios de desenvolvimento humano. Leva-se em conta, não só a percepção e os anseios da comunidade, como também, a sua conseqüente participação nas tomadas de decisões locais. Faz-se necessário, outrossim, o estudo do nível

de interatividade da comunidade local, a população turística de segunda residência e excursionistas, sob os pontos de vista: social, cultural e espacial ali observados desde então; como a comunidade tem-se organizado, frente ao contexto da expansão de uma sociedade urbana e a ocupação e apropriação do espaço geográfico, por novos agentes.

É notório que nem o setor público nem o privado são donos do meio ambiente. É interessante que todos os interessados sejam consultados quando houver qualquer política de desenvolvimento que possa ir de encontro ou prejudicar o meio ambiente. As destinações turísticas deveriam ter soberania sobre seus próprios destinos econômico e ambiental, desde que este destino não colida com o destino de outros. A maior ajuda que os pesquisadores de turismo podem dar a estas destinações é oferecer uma estrutura para a auditoria ambiental de forma que o desenvolvimento possa avançar de uma maneira ideal, pois assim estará se praticando o desenvolvimento sustentável que atende as necessidades do presente sem comprometer o futuro tendo, pois o conceito essencial para alcançar metas de desenvolvimento sem esgotar os recursos naturais e culturais e nem deteriorar o meio ambiente.

Considerações finais: uma administração inovadora para superar os desafios e aproveitar as oportunidades

O mais importante é não deixar a população local marginalizada do processo de decisão de planejamento e implantação das atividades turísticas.

Desenvolver na comunidade local o espírito de "pertencer" e eles mesmos poderem ensinar aos visitantes quais os seus costumes e hábitos importantes e que desejam que perdurem.

O engajamento da administração municipal com a população residente com o objetivo de intensificar os investimentos em saúde, educação, transporte, infra-estrutura básica (água, saneamento, coleta regular de lixo) é muito importante.

A preparação de um planejamento urbanístico, com ênfase turística, parece-nos de suma importância para o desenvolvimento sustentável do povoado e da cidade de Ilhéus, nele sendo contido tais considerações:

a) Políticas ativas de recuperação do patrimônio ambiental, impulsionando o andamento dos programas de reabilitação integrada;

b) Acondicionar e administrar o patrimônio cultural para que possa responder às demandas e necessidades turísticas: ter patrimônio é importante, mas não é suficiente para ser lugar turístico de qualidade;

c) Dotar o povoado de adequada infra-estrutura de acolhimento para excursionistas visitantes: estacionamentos, parque amplo para acampamento com infra-estruturas básicas (saneamento, água, energia, sanitários e banheiros coletivos), centro de recepção a visitantes e interpretação urbana;

d) Desenvolver estratégias de marketing para atrair o turismo promissor de terceira idade, considerando as condições favoráveis proporcionada pelo lugar;

e) Preservar as paisagens estreitamente ligadas a simbologias do destino turístico;

f) Estender pontes reais de comunicação entre as políticas urbanísticas, turísticas e patrimônio cultural. Para isso, são necessários que se coordenem com as diversas administrações, e estas, com o setor privado;

g) Implementar um sistema de pesquisa que monitore constantemente as necessidades advindas da comunidade e visitantes/turistas;

h) Implementar estratégias que visem atender com eficácia as sazonalidades que ocorrem no povoado em períodos de final de ano e carnaval, quando o povoado recebe 10(dez) vezes mais a sua população local.

Referências bibliográficas

ANSARAH, MARILIA GOMES DOS REIS. Estudo comparativo e perfil do agente cultural no Brasil e no México. Memorial da América Latina e Museo Nacional de Culturas Populares. Tese (Doutorado Cultura e Turismo) - ECA-USP, São Paulo, 1993.

ASSIS, LENILTON F. "Análise geomorfológica: um aporte ao estudo da difusão do turismo de segunda residência nas paisagens do litoral sul da Ilha de Itamaracá-PE". Revista de Geografia [da] Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 16, n. 2, p. 11-39, jul./dez. 2000.

_____. "Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII - no 11, 12 e 13 - set./out. 2003

BANDUCCI Jr, A.; BARRETO, M. (Orgs). Turismo e Identidade local: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BARRETO, MARGARITA. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 6. ed. Campinas, SP, Papirus. (Coleção turismo), 1995.

_____. Turismo e legado cultural. Campinas -SP, Papirus, 2000.

BECKER, Bertha K Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BITTENCOURT... (et.al.). Manual de Normatização para trabalhos técnicos - científicos. Ilhéus, BA: Editus, 2002.

- BOMFIM, NATANAEL R. As representações Sociais do Espaço a serviço da geografia escolar. Revista Ciência Geográfica, São Paulo, n.3, p. 252-253, set./dez.2004.
- DENCKER, ADA F. M. Método e técnicas de pesquisa em turismo. 4.ed. São Paulo: Futura, 1998.
- FADEL, ANTÔNIO D. F. Impactos ambientais e gestão ambiental: comentários para debate. Revista Ciência Geográfica, São Paulo, n.15, p. 11-13, jan./abr.2000.
- HERCOVITS, MELVILLE J. Antropologia cultural. Trad. Maria José de Carvalho & Hélio Bichels, 8ª Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1947.
- IBGE Censo Demográfico. Brasil. Rio de Janeiro. 1970.
- _____. Sinopse preliminar do censo demográfico. Brasil. Rio de Janeiro. 1981.
- _____. Censo Demográfico. Pernambuco. Rio de Janeiro. 1991.
- _____. Censo Demográfico. Bahia. Rio de Janeiro. 2000.
- LEFEBVRE, HENRI. A vida cotidiana no mundo moderno. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- MAFFESSOLI, MICHEL. A conquista do presente. Trad. Márcia C. de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MARTINS, J.C.O (Org.). Turismo, cultura e identidade. São Paulo: Roca, 2003.
- OLIVEIRA, MARIA CONCEIÇÃO de. Representações sociais do turismo na praia de Campeche- Ilha de Santa Catarina: por uma abordagem interdisciplinar. Tese